



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**  
**CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA**

**RIAN DA CRUZ BIASE**

**O IMPACTO DA HETERONORMATIVIDADE NO FEMINISMO**  
**CONTEMPORÂNEO**

**PALMAS-TO**

**2025**

**RIAN DA CRUZ BIASE**

**O IMPACTO DA HETERONORMATIVIDADE NO  
FEMINISMO CONTEMPORÂNEO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus  
Universitário de Palmas, para obtenção do título de  
Licenciada em Filosofia.

Orientadora: Dra. Raquel Castilho Souza.

Palmas-TO

2025

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

B579i Biase, Rian da Cruz.

O impacto da heteronormatividade no feminismo contemporâneo. / Rian da Cruz Biase. – Palmas, TO, 2025.

36 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus  
Universitário de Palmas - Curso de Filosofia, 2025.

Orientadora : Raquel Castilho de Souza

1. Feminismo. 2. Heteronormatividade. 3. Gênero. 4. Interseccionalidade. I.  
Titulo

**CDD 100**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**


**Rian da Cruz Biase**

**O impacto da heteronormatividade no feminismo contemporâneo**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Palmas, Curso de Licenciatura em Filosofia, foi avaliado para a obtenção do título de Licenciado em Filosofia e aprovado em sua forma final pela orientadora e banca examinadora.


Data de aprovação: 29/09/2025

Banca Examinadora

 Documento assinado digitalmente  
**RAQUEL CASTILHO SOUZA**  
Data: 02/10/2025 14:40:04-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>


---

Prof. Dra. Raquel Castilho Souza, UFT

 Documento assinado digitalmente  
**KARYLLEILA DOS SANTOS ANDRADE KLINGER**  
Data: 30/09/2025 11:34:46-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

---

Prof. Dra. Karylleila dos Santos Andrade Klinger, UFT

 Documento assinado digitalmente  
**ONEIDE PERIUS**  
Data: 29/09/2025 19:00:22-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

---

Prof. Dr. Oneide Perius, UFT

*Dedico este trabalho, primeiramente, à Deus, por me conceder forças, oportunidades e sabedoria ao longo desta jornada. Nos momentos de solidão e dificuldade, especialmente diante dos desafios da compreensão e do cansaço, encontrei fé para continuar.*

*À minha mãe, à minha avó querida, às minhas irmãs, aos colegas de academia e aos professores, minha sincera gratidão pelo apoio e incentivo. Um agradecimento especial à minha orientadora, professora Dra. Raquel Castilho, por sua orientação e acolhimento fundamentais para a conclusão deste trabalho.*

*Por fim, dedico este trabalho a todas as pessoas LGBTQIA+, às pessoas negras, às mulheres e a todas as minorias que resistem diariamente contra a invisibilidade e o preconceito. Que suas vozes sejam ouvidas e suas histórias valorizadas como merecem.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, por ter me permitido chegar até aqui e concluir este trabalho que, apesar de desafiador, me proporcionou aprendizado que levarei para a vida inteira. Foram leituras densas, momentos de cansaço e superação, mas tudo valeu a pena.

Agradeço imensamente à minha família, especialmente à minha avó Regina que mesmo sem entender muito do assunto, sempre foi minha ouvinte, meu apoio e minha companhia constante nessa trajetória, te amo vozinha. À minha mãe, Elizângela, às minhas irmãs, Rafaela e Mikaela, que me aturaram não só durante o TCC, mas durante toda a vida. Às minhas tias, em especial à tia Cláudia, professora, exemplo de dedicação e inspiração. Venho de uma família de educadores, e isso também me impulsionou.

Tenho a honra de agradecer à minha orientadora, Profa. Dra. Raquel Castilho, que acolheu esse projeto já em andamento. Ela confiou em mim e se dispôs a caminhar ao meu lado nesse processo. Estudamos juntos, debatemos, e sua parceria foi fundamental. Agradeço pelos conselhos, pela sinceridade, pela confiança e pelo incentivo constante.

Sou grato também à Profa. Dra. Karylleila Andrade, que foi uma presença essencial em minha trajetória, em momentos pessoais difíceis. Sua escuta, apoio e generosidade foram fundamentais para que eu não desistisse. Professora inspiradora, por quem tenho profunda admiração e eterna gratidão. Sua presença me fortaleceu e me guiou, mesmo nas horas mais difíceis.

Reconheço com apreço também à docente Elisângela Matos que foi quem me apresentou à obra de Judith Butler e abriu caminhos fundamentais para este trabalho. Eterna gratidão!

Aos amigos da Universidade: Natália, Kailane, Jaqueline e, em especial, Maria Eugênia, obrigado pelas conversas e conselhos. Vocês foram companheiros muito especiais nessa jornada. Agradeço também à Isabelle Machado, amiga fora da Universidade, que sempre acreditou em mim, me motivando a continuar lembrando que sou capaz e que meus sonhos são possíveis.

Agradeço à Universidade Federal do Tocantins por ter me acolhido e por tudo que me proporcionou: experiências, aprendizados e encontros. Espero voltar um dia!

E, por fim, agradeço à Filosofia pois sem ela, não estaríamos aqui refletindo, questionando e tentando transformar o mundo.

Muito obrigado à todos!

## RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar o impacto da heteronormatividade no feminismo contemporâneo, com foco nas exclusões e marginalizações que ocorrem dentro do próprio movimento. A reflexão aqui apresentada, teve como ponto de partida as ideias de Judith Butler sobre gênero e sexualidade, destacando como a heteronormatividade impõe um padrão normativo que exclui identidades não normativas. Para isso, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica baseada em autores como Butler (2018) e Bell Hooks (2018), além da análise de dados sobre violência contra pessoas LGBTQIA + no Brasil. Os resultados desta pesquisa revelam que o feminismo, muitas vezes, adota práticas excludentes ao desconsiderar as intersecções entre gênero, raça, classe e sexualidade. Percebeu-se que, ao privilegiar uma experiência universalizada da mulher geralmente branca, cisgênero e heterossexual, o movimento acaba reproduzindo as opressões que combate. Consequentemente, torna-se urgente repensar o feminismo como um campo plural e inclusivo, que reconheça a diversidade de identidades e experiências sociais.

**Palavras-chave:** Feminismo. Gênero. Heteronormatividade. Interseccionalidade.

## ABSTRACT

The aim of this paper was to analyze the impact of heteronormativity on contemporary feminism, focusing on the exclusions and marginalizations that occur within the movement itself. The reflection presented here began with Judith Butler's ideas on gender and sexuality, highlighting how heteronormativity imposes a normative standard that excludes non-normative identities. To this end, a bibliographical research was developed, based on authors such as Butler (2018) and Bell Hooks (2018), as well as an analysis of data on violence against LGBTQIA+ individuals in Brazil. The results of this research reveal that feminism often adopts exclusionary practices by disregarding the intersections of gender, race, class, and sexuality. It was observed that by privileging a universalized experience of women, typically white, cisgender, and heterosexual, the movement ends up reproducing the oppressions it seeks to combat. Consequently, it becomes urgent to rethink feminism as a plural and inclusive field that acknowledges the diversity of identities and social experiences.

**Keywords:** Feminism. Gender. Heteronormativity. Intersectionality.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. FEMINISMO E HETERONORMATIVIDADE: CONCEITOS BÁSICOS	14
2.1 Contextualização da heteronormatividade dentro do movimento feminista	18
3. HETERONORMATIVIDADE NO FEMINISMO CONTEMPORÂNEO	20
4. EFEITOS DA HETERONORMATIVIDADE NA EXCLUSÃO DE IDENTIDADES NÃO NORMATIVAS	26
4.1 Consequências da exclusão de identidades para o feminismo	27
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	34

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a questão da heteronormatividade<sup>1</sup> e sua influência na exclusão e marginalização de identidades de gênero e orientações sexuais não normativas dentro do movimento feminista. Além disso, propõe uma reflexão sobre o feminismo como um movimento inclusivo, que deve englobar todas as identidades, não se restringindo apenas a mulheres brancas e de classes privilegiadas, mas sim outras classes de minorias que lutam contra a desigualdade como todo.

O estudo sobre o tema teve como finalidade entender como se processam as dinâmicas de opressão e como se manifestam no contexto contemporâneo, enfatizando a interseccionalidade<sup>2</sup> como uma abordagem fundamental. Acredita-se que o feminismo, enquanto movimento, deve reconhecer e apoiar a diversidade de experiências vividas por mulheres e pessoas LGBTQIA+<sup>3</sup>, bem como por homens e mulheres negras e outras minorias, em geral.

A escolha deste tema surgiu de uma conversa com uma professora, que me apresentou Butler e suas ideias sobre gênero e sexualidade. A leitura do texto despertou para a profundidade dos preconceitos associados à sexualidade e ao gênero e a forma como eles se manifestam na sociedade contemporânea. Existem dados alarmantes sobre essas questões, como os levantados pela ANTRA- Associação Nacional de Travestis e Transexuais e a ABGLT- Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos, que revelam um alto índice de violência contra a comunidade LGBTQIA + (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer Intersexuais, Assexuais), e o “+” que abrange outras identidades de gênero e orientações sexuais. O texto buscou entender a resistência social, as diferenças e os preconceitos que perpetuam essa exclusão. Esses dados, indicam que no Brasil há urgência de uma reflexão mais ampla sobre a inclusão de todas as identidades no feminismo (Admin, 2024).

Para essa discussão reflexiva, teve-se como aporte teórico, as ideias da filósofa Judith Butler, especialmente em sua obra “Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade” (2018), que discute como a heteronormatividade estabelece a heterossexualidade,

---

<sup>1</sup> A heteronormatividade é a ideia de que apenas heterossexualidade é natural e aceitável como a única forma de sexualidade na sociedade patriarcal, fazendo com que as outras sexualidades sejam vistas como erradas ou ‘anormais’ (Butler, 2018).

<sup>2</sup> Interseccionalidade é um conceito que descreve como diferentes formas de opressão como de raça, classe e gênero se cruzam e afetam pessoas de maneiras específicas ou conjuntas produzindo desigualdades (Hooks, 2018).

<sup>3</sup> LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer Intersexuais, Assexuais), e o “+” que abrange outras identidades de gênero e orientações sexuais (Admin, 2024).

como a única forma de sexualidade aceitável na sociedade patriarcal (Butler, 2018). Desse modo, a pesquisa iniciou a partir da leitura da obra supracitada, por trazer à tona a crítica à heteronormatividade como uma construção que impõe a heterossexualidade como a única forma de sexualidade aceitável na sociedade patriarcal. Nesse contexto, identidades que não se encaixam nesse padrão são frequentemente rotuladas como “anormais” ou “pervertidas”.

A pesquisa não se aprofundou em contextos históricos do feminismo além do necessário para compreender sua evolução e a crescente ênfase na interseccionalidade. Além disso, o trabalho não buscou descrever todas as formas de opressão, mas procurou analisar a heteronormatividade como um fator central de exclusão dentro do feminismo.

Dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) e da (ABGLT) revelam que, em 2022, o Brasil foi o país que mais assassinou pessoas LGBTQIA + no mundo, com uma média alarmante de duas mortes a cada 32 horas. Essas estatísticas refletem uma sociedade que ainda enxerga uma relação entre pessoas do mesmo sexo como uma perversão, evidenciando o profundo preconceito enraizado nas estruturas sociais. O problema da exclusão e marginalização das identidades não normativas no contexto feminista é um desafio que merece atenção. A resistência social às diferenças não apenas perpetua a violência, mas também nega os direitos básicos de dignidade e respeito às pessoas que não se encaixam nos padrões heteronormativos.

A relevância social deste estudo é inegável, uma vez que, ao abordar a interseccionalidade entre classe, gênero e sexualidade, busca-se não apenas um entendimento mais profundo das dinâmicas de poder que operam em nossa sociedade, mas também o fortalecimento de alianças entre os movimentos feministas e LGBTQIA +. Essa união é fundamental para a construção de uma luta coesa em prol de direitos iguais para todas as identidades de gênero e orientações sexuais.

Do ponto de vista organizacional, a análise crítica da heteronormatividade no feminismo pode ajudar instituições e grupos de apoio a desenvolverem políticas mais inclusivas e justas. A relevância da pesquisa no contexto filosófico está em abordar criticamente como a heteronormatividade molda concepções de gênero e sexualidade, impactando diretamente a construção de identidades e o espaço de resistência dentro do feminismo contemporâneo. No contexto educacional, o estudo é especialmente importante, já que, como futuro professor de Filosofia, terei a oportunidade de promover discussões que questionem esses padrões normativos. Meu objetivo, enquanto professor, é incentivar os alunos a refletirem sobre diversidade, inclusão e respeito às diferenças, contribuindo para a formação de uma sociedade mais diversificada e consciente, abordando temas essenciais para

a cidadania e a ética na educação.

A relevância acadêmica deste trabalho reside em sua contribuição para a discussão sobre a pluralidade das experiências humanas, incentivando pesquisas futuras que abordem a complexidade das identidades de gênero e suas interações com o feminismo. A complexidade do problema apresentado e suas implicações sociais, organizacionais e acadêmicas justificam a importância e a motivação para o desenvolvimento deste estudo. Ao explorar as raízes da exclusão e marginalização, esperamos contribuir para um feminismo que seja mais inclusivo e acolha todas as identidades, promovendo uma luta coletiva por igualdade e justiça. Esse feminismo ampliado deve reconhecer e valorizar as diversas vivências de gênero e sexualidade, trabalhando para desconstruir as opressões enraizadas na sociedade, especialmente aquelas impostas pela heteronormatividade.

A questão central abordada neste trabalho perpassou pelo seguinte questionamento: como a heteronormatividade influencia em condutas que levam à exclusão de identidades dentro do feminismo? E com isso, teve-se a seguinte hipótese: A presença da heteronormatividade no feminismo contemporâneo exclui vozes e identidades diversas, criando desigualdades em gênero e sexualidade. Para construir um feminismo mais inclusivo, que respeite e valorize as diferentes configurações familiares, sociais e as diversas experiências humanas, é essencial superar essa heteronormatividade. Portanto, a luta por direitos se torna mais eficaz e abrangente, beneficiando a todos na sociedade.

Diante disso, esse estudo teve como objetivo geral, analisar a influência da heteronormatividade nas teorias e práticas do feminismo contemporâneo, identificando suas principais características, implicações para o movimento e consequências para a inclusão de identidades não normativas.

E como objetivos específicos: identificar as manifestações de heteronormatividade no feminismo contemporâneo, observando como elas se apresentam nas práticas e discursos feministas, a fim de reconhecer e confrontar as limitações que afetam a inclusão de todas as identidades; investigar as raízes históricas da heteronormatividade no movimento feminista, explorando sua origem e o desenvolvimento dentro do feminismo, para entender como essas influências ainda impactam a luta por direitos e a inclusão de vozes diversas; analisar os efeitos da heteronormatividade na exclusão de identidades não normativas, identificando como sua presença marginaliza certas identidades, com a intenção de destacar a necessidade de uma abordagem mais inclusiva que beneficie todos os indivíduos.

Quanto ao método desse estudo, ele pode ser definido como um conjunto de etapas ou procedimentos sistemáticos que orientam a investigação de um fenômeno ou problema. No

contexto desse trabalho, que explora a interseção entre a heteronormatividade, o feminismo e as identidades LGBTQIA + e sociais, a pesquisa adotou o método hipotético-dedutivo. Esta escolha se deu pela necessidade de formular hipóteses baseadas nas teorias existentes, como as de Butler (2018), e, a partir delas, deduzir consequências que podem ser testadas por meio da análise de dados e contextos sociais.

A natureza da pesquisa é caracterizada como aplicada. Isso se deve ao fato de que busca compreender e abordar questões práticas relacionadas a discriminação e exclusão de identidades não normativas. A intenção foi gerar conhecimento que possa ser utilizado para estimular e promover mudanças sociais e políticas. A pesquisa foi predominantemente qualitativa. O foco esteve na compreensão das experiências e vivências de pessoas que enfrentam a heteronormatividade, buscando interpretar significados e contextos, ao invés de quantificar dados.

A escolha do método hipotético-dedutivo foi fundamental para estruturar a pesquisa em torno de questões teóricas, permitindo que as hipóteses formuladas possam ser exploradas. A natureza aplicada da pesquisa visou não apenas compreender, mas também oferecer, se necessário indicativos e ou diretrizes para tomadas de consciência que podem favorecer soluções práticas para a marginalização das identidades LGBTQIA + no contexto do feminismo. A abordagem qualitativa permitiu uma compreensão rica e complexa das dinâmicas sociais que perpetuam a heteronormatividade e suas implicações na vida cotidiana das pessoas (Freitas, 2022).

Assim, a pesquisa propôs não apenas uma análise crítica da realidade, mas também a busca por alternativas que possam promover uma maior inclusão e aceitação das diversidades. A construção de um feminismo interseccional, que abrace todas as identidades, foi o objetivo central desta investigação, como resultado do estudo.

Nisto, a pesquisa foi de caráter bibliográfico. Este trabalho se fundamentou na leitura e análise da obra de Butler (2018), entre outros autores, como Hooks (2018), que discutem questões de classe, gênero, sexualidade e feminismo. A obra *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade* foi crucial para entender como a heteronormatividade opera na sociedade e como afeta a vivência de identidades não normativas. Além disso, artigos científicos proporcionou um levantamento de dados sobre a violência contra a população LGBTQIA+ no Brasil, com estatísticas da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) e da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) (Admin, 2024). O uso de interpretação de textos acadêmicos e sociais foram métodos que permitiram uma imersão nas questões abordadas

(Brosin; Tokarski, 2017; Silva, 2013).

Portanto, a partir das informações coletadas e das leituras realizadas, o trabalho buscou promover uma reflexão crítica sobre a necessidade de desconstruir a heteronormatividade, não apenas dentro do feminismo, mas na sociedade como um todo. A análise se deu no sentido de evidenciar como a inclusão de diversas identidades pode enriquecer o movimento feminista e fortalecer a luta por direitos igualitários.

## **2. FEMINISMO E HETERONORMATIVIDADE: CONCEITOS BÁSICOS**

Nesse capítulo, foram apresentados os conceitos de feminismo e heteronormatividade, com o objetivo de contextualizar historicamente suas origens, transformações e as intersecções entre ambos. Isso tornou essencial, para fornecer uma base teórica que permita compreender, nos capítulos seguintes, como a heteronormatividade impacta o movimento feminista, especialmente ao contribuir para a exclusão e marginalização de identidades de gênero não normativas.

O feminismo é um movimento social, político e filosófico que busca a igualdade de direitos entre os gêneros, indo além das lutas pelos direitos das mulheres. Ele desafia as estruturas de poder patriarcais que historicamente sustentaram desigualdades e opressões. Para entender sua origem, é necessário considerar diversos fatores que contribuíram para sua formação (Hennemann; Lessa, 2022; Butler, 2018; Hooks, 2018).

Em resposta a séculos de opressão e desigualdade de gênero, o feminismo surgiu como um movimento de reivindicação por direitos. No final do século XIX, as mulheres começaram a se organizar para exigir direitos básicos, como o acesso à educação e a participação política. No entanto, há indícios de que essas demandas já existiam antes desse período, com mulheres defendendo seu direito ao conhecimento e à atuação na sociedade. Esse período é frequentemente marcado como a primeira onda do feminismo, focada na conquista de direitos civis e políticos, incluindo o direito ao voto e à igualdade jurídica. (Hennemann; Lessa, 2022)

Exemplos disso incluem Gouges, com sua Declaração dos Direitos das Mulheres e das Cidadãs (2021), Mary Wollstonecraft, autora de “A Reivindicação dos Direitos da Mulher” (2016), e “Le Jars de Gournay” (2022), que, já em 1622, defendia a igualdade entre homens e mulheres. Seus escritos apontam preocupações comuns à sua época, como a exclusão das mulheres dos direitos civis e políticos, a luta por uma educação igualitária e a resistência à visão patriarcal que as colocava em posições de subordinação. Esses textos surgiram em momentos de transformações sociais e culturais, como o Iluminismo e a Revolução Francesa,

que promoveram debates sobre igualdade e direitos humanos, mas frequentemente ignoravam as mulheres.

As ideias dessas autoras podem ser exploradas em *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadania e outros Textos*, traduzido por Christian Brayner (2021) e *Igualdade entre homens e mulheres*, na tradução de Mônica Medrado (Le Jars de Gournay, 2022), obras que apresentam reflexões essenciais sobre a luta feminista em diferentes períodos históricos. Principalmente Mary Wollstonecraft (2016) que ela argumenta que as mulheres não são naturalmente inferiores aos homens, mas parecem ser porque não recebem a mesma educação. Para ela, a educação era essencial para que as mulheres se tornassem cidadãos independentes e racionais, capazes de contribuir para a sociedade. Wollstonecraft (2016) criticava a visão patriarcal que reduzia as mulheres ao papel de esposas e mães submissas, defendendo que, com acesso ao conhecimento, elas poderiam alcançar igualdade intelectual e moral com os homens.

E todos esses escritos enfrentam resistência por desafiar as normas de gênero estabelecidas e questionar a naturalização das desigualdades. A crítica ao sistema educativo restritivo e ao papel social limitado das mulheres também era uma constante, denunciando como esses fatores perpetuam a opressão feminina. Esses temas comuns revelam que, mesmo em épocas distintas, o foco da luta feminista já apontava para a necessidade de transformação estrutural na sociedade.

Essas ações do feminismo já tinham o propósito de combater a desigualdade e a dominação estrutural enfrentadas pelas mulheres. Naquele período, as mulheres eram excluídas do espaço público, desprovidas de direitos legais e submetidas a diversas formas de violência de gênero. Esse cenário motivou as primeiras ativistas a lutarem por mudanças significativas, buscando não apenas o direito ao voto por exemplo, mas também o reconhecimento de sua capacidade de participar plenamente da sociedade, expondo suas ideias, conhecimentos e reivindicando direitos amplos, por exemplo:

Marie defende publicamente que a mente humana não possui sexo, argumentando enfaticamente pelo direito das mulheres ao estudo e ao pleno desenvolvimento de suas capacidades racionais. Por essa razão, ela é frequentemente reconhecida como uma precursora do feminismo contemporâneo. (Le Jars de Gournay, 2022, p. 2)

A autora, ao citar que “A mente humana não possui sexo” defende o potencial igualitário entre homens e mulheres, reivindicando o direito ao estudo e ao pleno desenvolvimento intelectual feminino, antecipando debates essenciais do feminismo contemporâneo. E essa luta evoluiu ao longo de décadas, ganhando diferentes focos em cada

onda do movimento (Garcia, 2015). A segunda onda entre 1960 e 1980, centrada em direitos reprodutivos, questões trabalhistas e violência de gênero, destacou a necessidade de autonomia sobre o próprio corpo. Um exemplo seria, às mulheres decidirem se queriam ou não ter filhos. Nesse período, elas começaram a desafiar a ideia de que seu papel era limitado à maternidade e à submissão aos maridos.

A terceira onda, na década 1990, trouxe à tona a diversidade e a desconstrução de estereótipos, abordando temas como identidade de gênero e sexualidade, enquanto buscava fortalecer o espaço das mulheres na sociedade. Para Garcia (2015), a quarta onda é marcada pelo uso das redes sociais e pela inclusão de diversas perspectivas, ampliando a visibilidade do feminismo. Contudo, as mulheres ainda enfrentam obstáculos para garantir a igualdade plena de direitos civis e políticos. Mesmo assim, a solidariedade e a persistência delas continuam sendo fundamentais na luta por uma sociedade mais justa e igualitária. No século XX, nomes como Simone de Beauvoir (1949), Hooks (2018), Butler (2018), entre outras filósofas e ativistas feministas, ampliaram e diversificaram as discussões sobre gênero (Hennemann; Lessa, 2022). Ao longo da história, o feminismo tem se transformado para acompanhar os desafios e necessidades de cada época. Desde as primeiras lutas pelo direito à educação e à participação política até as discussões atuais sobre identidade de gênero e diversidade, o movimento continua sendo uma força essencial na busca por igualdade.

Se antes filósofas como Le Jars de Gournay (2022) e Mary Wollstonecraft (2016) já questionavam a exclusão das mulheres dos espaços de conhecimento e decisão, hoje essa discussão vai ainda mais longe. O feminismo não só denuncia as desigualdades ainda presentes na sociedade, mas também analisa como certas normas e expectativas de gênero continuam limitando as pessoas.

Um dos grandes desafios atuais é a heteronormatividade, que impõe um modelo fixo de identidade e comportamento, baseado na ideia de que todas as pessoas devem se encaixar em padrões tradicionais de gênero e sexualidade. Questionar essa visão não significa apenas defender a igualdade entre homens e mulheres, mas também reconhecer e respeitar diferentes formas de existência, garantindo que todos possam viver com liberdade e dignidade.

Quanto à heteronormatividade, pode-se dizer que o termo está relacionado à crença de que a heterossexualidade é a única orientação sexual válida e desejável, excluindo todas as outras que não seguem a ordem intitulada pela sociedade patriarcal, moldando as normas sociais sobre gênero e sexualidade. O termo “heteronormatividade” refere-se à suposição de que a heterossexualidade é a norma ou padrão natural de orientação sexual, estabelecendo modelos binários e excluindo outras formas de expressão de gênero e sexualidade. Essa

perspectiva é reforçada por normas culturais e sociais, perpetuando desigualdades e a marginalização de indivíduos LGBTQIA + (Butler, 2018).

Um exemplo claro da imposição da heteronormatividade ocorre na educação infantil, quando meninos são incentivados a brincar com carrinhos e meninas com bonecas. Essa diferenciação reforça desde cedo a ideia de que há papéis fixos para cada gênero e que qualquer desvio desses padrões pode ser visto como anormal ou inaceitável pela sociedade.

Butler (2018), discute como a heteronormatividade constrói e regula as identidades de gênero, limitando as expressões de diversidade e contribuindo para a marginalização de identidades não normativas. O conceito de heteronormatividade, segundo Butler (2018) se refere a uma estrutura de compreensão de gênero que atua como um poder regulador, hierárquico e excludente por meio do qual se produzem e se naturalizam as noções de feminino e masculino e de sexualidade considerada “normal”. Busca-se analisar como a heteronormatividade contribui para a invisibilidade e o silenciamento dos relacionamentos de casais LGBTQIA +, gerando sofrimentos profundos e efeitos graves em diversas áreas de suas vidas, incluindo a forma como percebem a si mesmo. Preconceitos internalizados podem levar um dos parceiros ou até ambos pressionados pela sociedade e pela família, a se culpar e martirizar por situações que não controlam ou que não é questão de culpa. Em tais casos, pode surgir um sentimento de vergonha em expressar carinho em público, como beijar ou segurar as mãos, com o temor de “causar algum mal” ou “influenciar negativamente” outras pessoas, reforçando o preconceito e a auto rejeição (Freitas, 2022).

O preconceito enraizado nas normas culturais e nas relações de poder<sup>4</sup> naturaliza o binarismo sexual que é a ideia de que existem apenas dois sexos (masculino e feminino) e impõe padrões que promovem o adoecimento emocional de pessoas LGBTQIA +. Butler (2018) aponta que tais normas reforçam a ideia de que o “certo” é o que está alinhado às normas culturais dominantes, desconsiderando a diversidade e a pluralidade das vivências humanas.

A heteronormatividade também regula e molda o gênero e o desejo por meio de uma matriz cultural<sup>5</sup> que impõe padrões considerados socialmente aceitáveis de identidade de

---

<sup>4</sup> As relações de poder referem-se à dinâmica entre indivíduos ou grupos que influenciam e controlam uns aos outros. Essas relações podem ocorrer em diversos contextos, como na política, na sociedade e em ambientes organizacionais, e envolvem aspectos como dominância, submissão, influência e resistência. A compreensão dessas relações é fundamental para analisar como o poder é exercido e contestado em diferentes esferas da vida social, como nas pessoas LGBTQIA +. In: DÍCIO. Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br>. Acesso em: 19 mar. de 2025.

<sup>5</sup> A Matriz cultural é o conjunto de valores, crenças e normas que guiam os comportamentos e influenciam as percepções em uma sociedade, podendo ser inclusiva ou excludente em relação à diversidade. In: DÍCIO. Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br>. Acesso em: 19 mar. de 2025.

gênero e orientação sexual. Esse sistema naturaliza e reforça a ligação entre sexo e gênero, excluindo e marginalizando identidades que não se enquadram nesse modelo, como pessoas não-binárias, transgêneros e aqueles com orientações sexuais não-heterossexuais.

Butler (2018) no entanto, refuta essa perspectiva ao afirmar que a identidade não precisa estar rigidamente vinculada ao sexo ou ao gênero, pois é fluida e performativa. A identidade é construída a partir de nossas relações com o outro e com o mundo, independentemente da orientação sexual. Assim, evidencia que as normas culturais impõem e mantêm desigualdades e opressões ao definir o que é socialmente “coerente” ou “aceitável” em termos de identidade, limitando a diversidade e marginalizando aqueles que não se conformam aos padrões estabelecidos. Dessa forma, o feminismo, ao longo de sua trajetória, precisou não apenas questionar a desigualdade de gênero, mas também enfrentar a imposição da heteronormatividade dentro do próprio movimento.

### **2.1 Contextualização da heteronormatividade dentro do movimento feminista**

A heteronormatividade está presente em todos os âmbitos da sociedade, inclusive dentro do movimento feminista, ao reforçar a ideia de que apenas mulheres que compartilham problemas, lutas e identidades semelhantes podem integrar o feminismo. Esse pensamento normativo sustenta a noção de uma experiência universal de “ser mulher”, excluindo mulheres trans, homens, negros, lésbicas e pessoas LGBTQIA +, aqueles que não se enquadram nessa visão restritiva de identidade ou pensamento não devem ser excluídos; ao contrário, é fundamental que todos participem do debate e da luta, pois, como afirma Hooks (2018), o feminismo é para todo mundo. Um exemplo claro dessa exclusão pode ser visto quando espaços feministas falham em garantir visibilidade e voz para mulheres trans ou não-binárias, que enfrentam uma forma específica de discriminação dentro da própria luta feminista. (Seisdedos, 2024; Pereira, 2021) Essa exclusão revela como a heteronormatividade ainda molda as práticas e discursividades do movimento.

A noção de mulheres como sujeito do feminismo, segundo Butler (2018, p. 16), é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder que o movimento busca transformar. Nesse contexto, o feminismo precisa se abrir para a pluralidade de experiências, garantindo representatividade e reconhecimento a todas as mulheres e pessoas que desejam lutar pela causa, independentemente de suas orientações sexuais ou identidades de gênero, promovendo, assim, uma luta mais inclusiva e abrangente. Para isso, é essencial que o feminismo amplie sua definição de o que é “ser mulher” para incluir todas as experiências de gênero e identidades, não restringindo a luta a um modelo heteronormativo. A exclusão de outras

identidades e orientações sexuais enfraquece a luta por igualdade e justiça social.

O feminismo não é uma luta exclusiva das mulheres, mas sim de todos que buscam igualdade e um mundo mais justo, independentemente de classe, raça ou gênero. Muitas vezes, o machismo é equivocadamente entendido como o oposto do feminismo. E na verdade, é uma forma de preconceito contra as mulheres e tudo o que as cerca. Isso afeta pessoas de outras identidades de gênero que não se enquadram nos padrões masculinos tradicionais, como: as pessoas transexuais, não-binárias e homens que não se conformam com os estereótipos de gênero. Consequentemente, perpetua a desigualdade, a discriminação e a violência, reforçando a ideia de que os homens são superiores às mulheres e as outras identidades de gênero. Essa dinâmica de opressão, no entanto, não se limita às mulheres cisgêneras, mulheres que se identifica com o seu gênero de nascimento; ela se estende a todas as pessoas que desafiam as normas tradicionais de gênero e sexualidade, criando um sistema de exclusão dentro de espaços que deveriam ser de acolhimento e luta por igualdade (Hooks, 2018).

A dominação masculina e a opressão estão profundamente ligadas às estruturas da matriz heteronormativa<sup>6</sup>, impactando diretamente as normas de gênero e perpetuando relações de poder que reforçam a subordinação de mulheres e identidades não normativas. Esse sistema não apenas marginaliza vozes que precisam ser ouvidas, mas também exclui aqueles que não se encaixam nos padrões dominantes. Assim, o feminismo deve questionar suas próprias bases de gênero e identidade para evitar contribuir, mesmo que involuntariamente, para a manutenção do patriarcado. Nesse sentido, Butler (2018, p. 31) aponta para a necessidade desse questionamento ao afirmar: "Seriam esses termos não problemáticos apenas na medida em que se conformam a uma matriz heterossexual de conceituação do gênero e do desejo?". Este questionamento nos leva a refletir sobre como as categorias de gênero e sexualidade são frequentemente aceitas como normais sem uma análise crítica, ignorando as consequências para aqueles que não se conformam a essas normas. Dentro da própria comunidade LGBTQIA+, ainda há resistência em aceitar todas as formas de sexualidade e identidade de gênero, como vemos, por exemplo, em algumas críticas à visibilidade de pessoas bissexuais ou não-binárias, que muitas vezes são marginalizadas mesmo em espaços que deveriam ser acolhidos.

Além disso, é fundamental reconhecer que, até mesmo dentro da comunidade

---

<sup>6</sup> A matriz heteronormativa é um conceito desenvolvido por Judith Butler em Problemas de Gênero, para descrever o sistema de normas sociais e culturais que impõe a heterossexualidade como padrão obrigatório. Essa estrutura associa sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual de forma fixa, marginalizando identidades dissidentes, como pessoas LGBTQIA+ e expressões de gênero não normativas. (Butler, 2018)

LGBTQIA +, existem preconceitos internalizados que favorecem a heterossexualidade, simplesmente porque ela se alinha à matriz cultural dominante, que é vista como natural e correta (Butler, 2018). Esse fenômeno é muitas vezes resultado da internalização de valores heteronormativos, alimentada pela pressão social e pela discriminação sofrida por aqueles que se desviam dessas normas.

### **3. HETERONORMATIVIDADE NO FEMINISMO CONTEMPORÂNEO**

A heteronormatividade, que presume a heterossexualidade como padrão, tem efeitos adversos sobre o feminismo ao excluir e marginalizar mulheres não heterossexuais, negras e de identidades de gênero não normativas. Isso impede a plena inclusão dessas vozes no movimento (Mayorga; Coura; Miralles; Cunha, 2013; Butler, 2018; Hooks, 2018). Essas exclusões evidenciam a necessidade de repensar o feminismo para abarcar a diversidade de experiências e opressões enfrentadas por diferentes grupos de mulheres. Um exemplo disso pode ser visto em debates recentes dentro do movimento feminista, em que algumas correntes, que questionam a inclusão de mulheres trans em espaços feministas, reforçam um viés biologista que desconsidera a identidade de gênero dessas mulheres.

O texto das autoras também traz reflexões importantes sobre a história do feminismo e sua relação com a heteronormatividade. Anos atrás, o movimento feminista foi amplamente dominado por mulheres brancas, heterossexuais e de classe média, o que resultava na exclusão das vivências e opressões enfrentadas por mulheres negras e lésbicas, por exemplo. Essa visão limitada ignorava a intersecção entre raça, classe e gênero, perpetuando uma hierarquia dentro do próprio movimento.

Reconhecer as limitações enfrentadas pelo feminismo ao longo do tempo não é desmerecer o trabalho de mulheres como Gouges (2021), Mary Wollstonecraft (2016) e outras filósofas e historiadoras da época. Essas pioneiras enfrentaram batalhas diárias para conquistar seu lugar na sociedade, abrindo caminhos fundamentais para que as mulheres fossem reconhecidas como sujeitos plenos. Suas contribuições foram essenciais para o avanço do feminismo ao longo da história, mostrando que a luta pela igualdade é um processo contínuo e coletivo.

Nesse contexto, existe a heteronormatividade internalizada que por sua vez, não afeta apenas casais lésbicos, mas se manifesta em diversos contextos familiares e relacionamentos. Homens e mulheres, independentemente de sua orientação sexual, podem sentir o receio de expor suas identidades e admiração, seja no ambiente familiar ou público. Esse medo,

frequentemente ligado à pressão social e ao temor do julgamento, pode levar a comportamentos de ocultamento, como evitar demonstrações de carinho em público, ou ajustar a maneira como interagem com filhos e filhas, por exemplo. Muitas vezes, há uma preocupação em não "influenciar" as crianças em relação à orientação sexual, evidenciando como essas normas internalizadas moldam atitudes, gerando inseguranças e perpetuando estigmas. Esse receio não se limita a casais, mas se estende a qualquer pessoa cuja identidade afetiva desafie o padrão heteronormativo amplamente aceito pela sociedade (Freitas, 2022).

O feminismo evoluiu ao longo do tempo, mas como qualquer movimento social, passou por desafios e contradições. Reconhecer essas limitações reforça a necessidade de torná-lo cada vez mais inclusivo e transformador. Mulheres negras, lésbicas e outras identidades marginalizadas não devem ser vistas apenas como temas de estudo, mas sim como protagonistas de sua própria história, questionando padrões e contribuindo para a criação de novos significados culturais e sociais (Hennemann; Lessa, 2022; Garcia, 2015).

A luta feminista, portanto, deve valorizar as diferentes histórias, resistências e lutas de cada grupo, reconhecendo a diversidade como uma força. A separação em categorias sobre "o que pode ou não entrar na luta" ainda persiste em alguns contextos, mas é fundamental superar essas barreiras para consolidar um feminismo que seja verdadeiramente representativo e inclusivo. Butler (2018) identifica convergências e critica as categorias fixas de identidade, argumentando que as categorias de gênero e sexualidade são construções sociais que, ao se apresentarem como naturais, acabam por excluir outras identidades e experiências. Assim, Butler (2018), questiona as normas que regulam gênero e sexualidade, propondo a desconstrução dessas normas para incluir pluralidades. Refletir sobre a interseccionalidade, que considera as interseções entre raça, classe, sexualidade e gênero como fundamentais para compreender as opressões e propor formas de resistência pode ser um caminho para essa construção.

“Lésbicas não são mulheres.” Essa frase foi dita por uma mulher lésbica durante uma palestra sobre o pensamento heterossexual, em 1978, (Mayorga; Coura; Miralles; Cunha, 2013). À primeira vista, essa declaração pode soar surpreendente, e até mesmo ser interpretada como homofóbica ou heteronormativa. No entanto, ao refletir sobre seu contexto, percebe-se que ela fez uma crítica à forma como a categoria “mulher” é construída dentro de uma lógica heterossexual patriarcal. O gênero, enquanto construção social, sustenta a dominação masculina e exclui as experiências lésbicas, que não se encaixam na estrutura tradicional de gênero e sexualidade.

O feminismo das diferenças defende o reconhecimento das distinções tanto sexuais

quanto não sexuais, entre homens e mulheres. Em vez de buscar a igualdade por meio da negação dessas diferenças, essa vertente feminista propõe que elas sejam valorizadas como formas de resistência ao patriarcado, que historicamente desvalorizou o feminino (Hannemann; Lessa, 2022). Ao destacar a importância das diferenças, o feminismo das diferenças permite questionar os papéis tradicionalmente impostos às mulheres e propõe alternativas que incluam uma diversidade de perspectivas, especialmente aquelas que foram marginalizadas pelas normas patriarcais.

Reconhecer as diferenças é essencial para combater a dominação masculina sem apagar a singularidade das mulheres. O feminismo não é um movimento simples, mas sim uma constelação de diferentes formas de resistir à opressão. A opressão sexual e política, sustentada pela heterossexualidade compulsória<sup>7</sup> que constitui uma das bases da dominação das mulheres. No entanto, ao mesmo tempo, essa opressão aponta para a necessidade de articulação política das mulheres como uma classe oprimida, capaz de se organizar e resistir coletivamente. (Mayorga; Coura; Miralles; Cunha, 2013; Butler, 2018).

Butler (2018) esclarece que as categorias “homem” e “mulher” não são naturais, mas sim construções sociais, sendo o gênero uma performance que se faz e refaz constantemente dentro das normas sociais. A heteronormatividade sustenta essas normas, criando a ilusão de identidades fixas e naturais para homens e mulheres. Essa construção legítima a obediência das mulheres e limita a capacidade do feminismo de incluir experiências e identidades diversas. Um exemplo recente é o discurso de posse do presidente estadunidense Donald Trump, em que ele declarou que seu governo reconheceria apenas dois gêneros: masculino e feminino. Essa declaração não só exclui, como também invalida as pessoas que não se encaixam nesses padrões. Embora o respeito às opiniões alheias seja essencial em uma sociedade diversificada, quando essas opiniões ferem e discriminam, deixam de ser opiniões e se tornam preconceito, homofobia e violência, sendo uma violação.

É alarmante perceber que alguém com um histórico tão controverso, como Trump, acusado em 34 processos judiciais, tenha alcançado o mais alto cargo de poder de um país (Braun, 2024; Zurcher, 2023). Desde a Antiguidade, pensadores como Sócrates, Platão e Aristóteles já abordavam a ideia de que os falaciosos dominam a arte de enganar, e esse é um conceito que permanece relevante até hoje. Esse tipo de retórica manipuladora se reflete em

---

<sup>7</sup> A heterossexualidade compulsória é um conceito que se refere à imposição cultural e social da heterossexualidade como norma universal, levando indivíduos a assumirem relações heterossexuais como padrão "natural", mesmo que suas experiências e desejos não correspondam a essa expectativa. Essa imposição exclui e marginaliza outras orientações sexuais, reforçando a dominação masculina e a subordinação de mulheres e pessoas LGBTQIA+. (Butler, 2018)

líderes que promovem discursos heteronormativos, patriarcais e carregados de ódio. É ainda mais preocupante notar que algumas mulheres feministas e homens apoiam Trump, mostrando uma visão desconexa e contraditória em relação à luta pela igualdade entre homens e mulheres (Zurcher, 2024). Esses discursos de ódio e a exclusão não apenas fragilizam a luta feminista, mas também reforçam estruturas que o movimento busca destruir.

Apesar disso, há uma crescente resistência a essas narrativas. Vozes antes marginalizadas agora se levantam com força para desafiar a heteronormatividade e o patriarcado. A luta feminista, portanto, não se limita a buscar igualdade, mas também a combater discursos e práticas que perpetuam exclusões e opressões. A batalha é contra estruturas enraizadas e contra aqueles que, mesmo tendo o poder para promover mudanças positivas, escolhem reforçar preconceitos e divisões. Essa luta se reflete também dentro do próprio movimento feminista, onde as hierarquias e exclusões não se limitam às sociedades patriarcais, mas estão profundamente enraizadas em normas de gênero e identidade (Franco, s/d; NSC Total, 2024).

O impacto da heteronormatividade no feminismo está, não apenas em oprimir as mulheres, mas também em reforçar hierarquias e exclusões dentro do próprio movimento feminista. Para combater esse problema, é preciso desconstruir as normas de gênero e superar o binarismo que exige, sobretudo, uma transformação nas práticas sociais cotidianas. Essa mudança se concretiza por meio de ações aparentemente simples, mas profundamente significativas, como o respeito ao nome social e aos pronomes escolhidos por pessoas trans e não binárias, reconhecendo que as identidades de gênero não se esgotam nas categorias tradicionais de “homem” e “mulher”. Quando uma pessoa não binária, como no caso de alguém que se identifica como “Alex”, solicita o uso de pronomes neutros e um nome que reflita sua vivência, respeitar essa escolha se torna um gesto de resistência às normas impostas pela heteronormatividade. Tais práticas também incluem a adaptação de formulários institucionais com alternativas de gênero não binário, a adoção de linguagem inclusiva em ambientes acadêmicos e profissionais, bem como a criação de espaços acessíveis e neutros, como banheiros unissex. Esses gestos, embora pontuais, revelam o potencial político do cotidiano na afirmação de múltiplas identidades e no questionamento das estruturas de poder que sustentam o binarismo de gênero.

Em sintonia com as contribuições teóricas de Butler (2018), que compreende o gênero como uma construção performativa, tais ações ajudam a desestabilizar a ideia de uma identidade fixa e natural, abrindo espaço para formas mais plurais e libertárias de existência. Em meio a essa reestruturação, o papel das feministas negras se destaca como uma

contribuição crucial para a transformação do movimento, questionando as normas e trazendo à tona questões de raça e classe.

Nesse contexto, destaca-se o papel de feministas negras que enfrentaram o racismo estrutural e denunciaram a desigualdade de gênero ligada à questão racial. Figuras como Marielle Franco, Angela Davis, Bell Hooks e Lélia Gonzalez contribuíram para ampliar essas discussões a partir de suas vivências e lutas. Lélia Gonzalez, por exemplo, trouxe reflexões importantes sobre as desigualdades sociais enfrentadas pelas mulheres negras no Brasil, a partir de experiências pessoais e profissionais. Ao relatar a relação com patroas brancas e o tratamento desigual, e a diferença da educação dos empregados e seus filhos com os filhos dos patrões, ela evidenciou o quanto o racismo e o sexismo estão presentes nas estruturas sociais (Hannemann; Lessa, 2022). Essas e outras pensadoras desafiaram as limitações do feminismo tradicional e abriram caminhos para debates que permanecem atuais. Por exemplo:

Um ponto fundamental das obras de Gonzales é restituir a identidade e a força de homens e mulheres negros, fornecendo instrumentos a essas pessoas na luta contra a violência de classe, raça e gênero, o que chamamos atualmente de ‘empoderamento’. (Hannemann; Lessa, 2022, p. 208).

A emancipação do feminismo surge como um processo necessário e contínuo que exige a desnaturalização de categorias como gênero e a politização das lutas feministas para incluir perspectivas diversas e promover rupturas radicais (Mayorga; Coura; Miralles; Cunha, 2013). Essa abordagem busca eliminar as desigualdades entre os sexos, ao mesmo tempo que desafia a opressão que perpetua as desigualdades. No entanto, ainda existem discursos contrários à igualdade de gênero, motivados pelo medo ou por valores internalizados ao longo da criação. Embora isso não seja uma justificativa para disseminar o ódio, é importante destacar que, historicamente, os homens foram criados para assumir o papel de líderes, responsáveis por dar a última palavra e comandar a casa, enquanto as mulheres eram ignoradas ao segundo plano, aguardando ordens.

Mesmo com as transformações sociais e o acesso ampliado à informação, muitos homens ainda interpretam o feminismo de forma equivocada, acreditando que ele visa extinguir os direitos masculinos. Na verdade, o feminismo e as mulheres buscam os mesmos espaços e privilégios que os homens possuem por serem simplesmente homens. Até hoje, mulheres são diminuídas, atacadas e mortas apenas por serem mulheres. Não vemos homens sendo mortos por simplesmente serem homens ou sendo chamados de "sexo frágil" ou incapazes de suportar a pressão do trabalho, e quando sofrem essas críticas, normalmente, é devido à sua orientação sexual, evidenciando preconceitos como homofobia, racismo,

sexismo entre outros que estão enraizados na sociedade. Essa padronização opressiva é perpetuada em muitas famílias, reforçando a necessidade de continuar lutando contra essas estruturas injustas (Silva 2013; Mayorga; Coura; Miralles; Cunha, 2013; Butler, 2018).

Atualmente, as manifestações de heteronormatividade são visíveis em discursos que ignoram ou marginalizam questões relacionadas à comunidade LGBTQIA +. Um exemplo disso é a postura de algumas feministas que priorizam debates sobre salários desiguais, mas deixam de lado as dificuldades enfrentadas por mulheres trans no mercado de trabalho. Essa exclusão demonstra como o movimento feminista, em algumas vertentes, pode falhar em abraçar a pluralidade de experiências, ignorando a necessidade de abordar questões que afetam diretamente as minorias e reforçando barreiras dentro da própria luta por igualdade (Guarda, 2024; Graça, 2016; Butler, 2018).

A interseccionalidade mostra como diferentes formas de opressão se cruzam. Uma mulher negra e lésbica, por exemplo, enfrenta simultaneamente racismo, machismo e lesbofobia/homofobia. A heteronormatividade, além de afetar relações, também impacta raça, gênero e classe social. É nesse contexto que a inclusão se torna fundamental. O feminismo precisa ouvir e dar espaço para as mulheres trans, lésbicas, bissexuais e outras, permitindo que elas liderem pautas e decisões importantes para a sociedade como um todo.

Um exemplo disso é a deputada Erika Hilton, uma mulher trans, negra, vinda da periferia e que foi expulsa de casa pelos pais devido à sua orientação sexual. Hilton (nome de registro: Erica Santos Silva) representa uma trajetória marcada por resistência e superação das múltiplas formas de exclusão. Nasceu em Franco da Rocha, São Paulo, em 1992. Vinda de uma família humilde, enfrentou uma infância e adolescência marcadas pelo preconceito e pela falta de oportunidades. Expulsa de casa aos 14 anos por se identificar como uma mulher transexual, viveu em situação de extrema vulnerabilidade e, como tantas outras na mesma condição, teve que recorrer à prostituição para sobreviver, um destino cruelmente imposto por uma sociedade que ainda se recusa a aceitar a diversidade de identidades de gênero, até encontrar na educação um caminho de transformação. Formou-se em Pedagogia e, por meio do conhecimento, fortaleceu sua militância na defesa dos direitos LGBTQIA + e da população negra. Em 2022, foi eleita deputada federal por São Paulo, tornando-se a primeira mulher trans a ocupar esse cargo, provando que a educação pode ser um instrumento de resistência e mudança social (NSC Total, 2024).

O feminismo deve expandir seus horizontes, incluindo até homens que buscam lutar ao lado da causa. Assim, é fundamental questionar instituições como a religião, a mídia e até o próprio Estado, que perpetuam normas heteronormativas. No contexto atual, com o avanço da

tecnologia, especialmente a internet, as notícias circulam rapidamente, o que pode ser tanto positivo quanto negativo. Por exemplo, as pessoas que têm opiniões preconceituosas, ardilosas e homofóbicas podem compartilhá-las na internet, o que contribui para a propagação de ideias discriminatórias. Além disso, muitos casos de homofobia, racismo e outros tipos de preconceito circulam, ajudando a reforçar estigmas e divisões. A religião também exerce uma forte influência na sociedade contemporânea, muitas vezes impondo a ideia da família tradicional e gerando um conflito com a diversidade social.

A religião, embora não seja mais como antigamente, continua a ser uma força histórica com grande poder, e muitas pessoas seguem essas doutrinas, muitas vezes manipuladas por líderes religiosos. Embora o respeito às diferentes religiões seja essencial, é importante destacar uma contradição presente em muitos discursos religiosos: a pregação do amor ao próximo nem sempre é acompanhada pela prática desse amor, especialmente quando se trata da comunidade LGBTQIA+. Em muitas situações, princípios como acolhimento e compaixão são deixados de lado, revelando uma desconexão entre o que é ensinado e o que é realmente vivido. Essa contradição pode ser vista como um desafio para refletirmos sobre como as atitudes de exclusão e discriminação vão contra os valores centrais de muitas religiões (Agência Brasil, 2025; ONU, 2023).

As autoras Butler (2018); Hooks (2018) oferecem um conhecimento fundamental e complementar. Butler (2018) por exemplo, nos apresenta conceitos sobre as normas de gênero, a questão do sexo, a heterossexualidade, a homossexualidade e a heteronormatividade, enquanto Hooks (2018) aborda um feminismo mais inclusivo, que abraça as diferentes classes e minorias, lutando pela igualdade. Ela demonstra que é possível unir forças para alcançar grandes melhorias para todos, desde que estejamos dispostos a quebrar as estruturas patriarcais prejudiciais, questionando discursos contraditórios, homofóbicos, racistas e classistas. Com essa visão ampliada, concluimos a reflexão deste capítulo que nos direciona para uma análise sobre os efeitos da heteronormatividade e seus reflexos em diversas esferas da sociedade.

#### **4. EFEITOS DA HETERONORMATIVIDADE NA EXCLUSÃO DE IDENTIDADES NÃO NORMATIVAS**

A heteronormatividade, não afeta apenas a sociedade, mas também os movimentos que lutam por direitos. No feminismo atual, isso cria dificuldades na inclusão de pessoas LGBTQIA+ e não binárias. Muitas vezes, o foco fica apenas nas mulheres cisgênero (aquelas

que se identificam com o gênero que lhes foi dado ao nascer), deixando outras identidades de lado. Isso pode acabar tornando o feminismo menos inclusivo e afastando grupos que também enfrentam opressão.

Os dados da Admin (2024) mostram que a heteronormatividade não apenas exclui identidades contestadoras, mas também contribui para a normalização da violência e discriminação contra pessoas LGBTQIA+. O Brasil, infelizmente, é o país que mais mata pessoas LGBTQIA+ no mundo, com travestis e pessoas trans em situação de extrema vulnerabilidade. Essa marginalização não acontece apenas na sociedade em geral, mas também dentro do próprio feminismo, em que, muitas vezes, as experiências de mulheres cisgênero são priorizadas, criando hierarquias dentro do movimento. Isso reforça uma estrutura de exclusão, em que algumas vivências são consideradas mais legítimas que outras.

A subversão e a dominação nas relações de poder, segundo Silva (2013), estão enraizadas em estruturas históricas e culturais que perpetuam desigualdades. As estruturas do patriarcado, do racismo e da heteronormatividade operam de forma interseccional na sustentação de sistemas de opressão que marginalizam mulheres, pessoas negras e pessoas LGBTQIA+, restringindo o pleno exercício de seus direitos e sua participação social. No Brasil, isso se manifesta na falta de políticas públicas eficazes, na persistência de discursos conservadores e na reprodução de desigualdades estruturais.

A resistência se dá por meio de lutas, conhecimento e conquista de espaços, mas a desigualdade persiste em diversas áreas. Travestis e pessoas trans, por exemplo, enfrentam barreiras no mercado de trabalho, sendo frequentemente empurradas para a prostituição como única alternativa de sobrevivência. Mulheres negras continuam sendo minorizadas tanto no movimento feminista, quanto na sociedade, enfrentando um duplo preconceito, a interseccionalidade: de gênero e racial. Diante desse cenário, é essencial que o feminismo e os movimentos antirracistas adotem uma perspectiva interseccional, reconhecendo que as opressões são múltiplas e interligadas (Franco, 2024; NSC Total, 2024; Hooks, 2018).

A falta dessa abordagem amplia a exclusão de identidades, enfraquecendo a luta por equidade e impactando diretamente o alcance e a efetividade do feminismo, como será discutido a seguir.

#### **4.1 Consequências da exclusão de identidades para o feminismo**

A exclusão de identidades não normativas dentro do feminismo gera impactos negativos significativos. Primeiramente, a falta de representatividade afasta muitas pessoas que poderiam ser aliadas do movimento, pois não se sentem parte dele. A sociedade ensina

homens e mulheres a ocuparem papéis diferentes e desiguais desde a infância. Os meninos são incentivados a serem livres e dominantes, enquanto as meninas são ensinadas a serem reservadas e obedientes. Segundo Silva (2013) isso cria um sistema em que os homens possuem mais poderes, enquanto as mulheres são vistas como inferiores. Esse modelo alimenta diversos tipos de violência contra as mulheres – física, psicológica e simbólica. A violência simbólica, em particular, ocorre quando a desigualdade se torna “natural”, sendo aceita por todos, como se nada estivesse acontecendo e a dominação masculina é reforçada e normalizada.

A heteronormatividade reforça ainda mais essa desigualdade, promovendo a ideia de que as relações devem seguir um padrão em que o homem é dominante e a mulher é submissa. Isso se reflete na visão de que o corpo feminino é mais frágil, o que leva à crença de que as mulheres são menos aptas para funções como liderança ou trabalhos físicos, enquanto os homens são vistos como mais fortes e preparados para comandar. Outro exemplo dessa divisão é a reprodução do papel tradicional da mulher como cuidadora do lar e dos filhos, enquanto o homem é considerado o provedor. Esse tipo de divisão de funções reforça a hierarquia entre os sexos.

De acordo com Butler (2018) como já foi dito antes, o gênero não é uma categoria fixa, mas uma construção social que deve ser constantemente questionada. O feminismo que não questiona a heteronormatividade corre o risco de reforçar preconceitos e desigualdades, em vez de combatê-los. Esse posicionamento rígido pode gerar uma divisão interna dentro do movimento, dificultando avanços mais amplos. O feminismo precisa ser um espaço aberto à reflexão crítica sobre as normas de gênero para que, de fato, se torne uma solução para as desigualdades que afligem não só as mulheres, mas também outros grupos, como as pessoas LGBTQIA+, que são pressionadas a seguir essas normas ou sofrer discriminação.

A diferença entre homens e mulheres sempre foi organizada socialmente de forma hierárquica, e essa hierarquia se sustenta em ideias transmitidas de geração em geração como se fossem naturais. Segundo Silva (2013), o que chamamos de naturalização da inferioridade feminina ocorre porque instituições como a família, a escola, a igreja e o Estado reforçam que homens e mulheres têm papéis diferentes e complementares, mas não iguais. O masculino é associado à força, à liderança e ao domínio, enquanto o feminino é visto como frágil, passivo e submisso.

No entanto, quando uma mulher trans ou uma travesti se apresenta como ela se vê, a sociedade muitas vezes pratica o preconceito e a homofobia, pois essas pessoas desafiam essa construção rígida de identidade de gênero. A justificativa usada para esse preconceito é a ideia

de que a sociedade "não está acostumada" com tais práticas, ignorando, assim, a história, onde comportamentos como a homossexualidade eram vistos de maneira diferente. Figuras históricas como Alexandre, o Grande, que teve relacionamentos com homens, era admirado em sua época, e isso não era considerado algo incomum. Hoje, persiste o preconceito, como se essas questões nunca tivessem existido ou sido aceitas.

Essa resistência ao reconhecimento da identidade de pessoas trans está fortemente ligada à ideia de que a diferença entre homens e mulheres é algo exclusivamente biológico. Muitos argumentam que mulheres trans não são "verdadeiras" mulheres por causa de seu sexo biológico, mas essa visão ignora a importância da autoidentificação de gênero, que é fundamental na construção da identidade de uma pessoa. Como argumentam Brosin e Tokarski (2017), uma mulher trans é uma mulher porque ela se identifica como tal, independentemente de seu sexo biológico.

Essa identificação deve ser respeitada, pois a identidade de gênero vai além das características biológicas, sendo uma expressão pessoal e socialmente constituída, a performatividade. Se considerássemos a capacidade de gestar como um critério exclusivo para definir a mulher, o que seria das mulheres que não podem gestar, seja por questões genéticas ou por escolha pessoal? Isso demonstraria que a definição de mulher não pode se restringir a uma característica biológica, mas deve abranger a identidade e a experiência vivida.

Segundo Butler (2018) a identidade de gênero está na essência do ser, no reconhecimento e na experiência vivida ao longo da vida, sendo algo que transcende a biologia ou qualquer tentativa de exclusão. O respeito à identidade de gênero reflete o reconhecimento da individualidade e da vivência de cada pessoa, entendendo que essa identidade é construída socialmente e de forma única para cada um.

O preconceito enfrentado por mulheres trans e travestis é uma consequência direta dos efeitos da heteronormatividade, que insiste em classificar as pessoas em categorias rígidas de gênero e sexualidade. Além disso, o feminismo deve ir além da luta pelos direitos das mulheres cisgênero e acolher a diversidade de identidades de gênero, combatendo todos os tipos de opressão e marginalização, incluindo aquelas vividas por mulheres trans. Sempre que as mulheres questionam a ordem e conquistam espaços tradicionalmente masculinos, surge uma resistência, pois isso ameaça a estrutura que mantém o poder masculino. Esse medo se manifesta em ataques, deslegitimação e até mesmo violência contra mulheres que desafiam esses padrões. O discurso de que uma mulher que alcança poder é estar "querendo ser homem" é uma forma de desqualificar sua autonomia e reafirmar que o espaço de liderança não é para elas (Silva, 2013).

As crises de masculinidade que surgem hoje não são resultado de uma "inferiorização" dos homens, mas do fato de que as mulheres estão rompendo barreiras e tornando essa hierarquia menos rígida assim como as pessoas negras, LGBTQIA +, tendo ganhado espaço depois de anos fragilizados. Isso causa desconforto, porque muitos ainda vêm a igualdade como uma perda de status, e não como um avanço para todos.

Mesmo em relações homossexuais, a dominação masculina ainda pode se reproduzir. Segundo Silva (2013) isso ocorre porque, em muitos casos, as relações entre pessoas do mesmo gênero não rompem completamente com a hierarquia de poder presente nas relações heterossexuais. Em vez de uma divisão igualitária, muitas vezes um dos parceiros assume um papel dominante, associado ao masculino, enquanto o outro ocupa um papel subordinado, associado ao feminino. Essa dinâmica reflete, por exemplo, na divisão do trabalho e nas relações de poder dentro do relacionamento, reproduzindo padrões de dominação que são típicos das relações heterossexuais.

No entanto, é importante destacar que a definição dessas relações não está apenas no papel social de gênero (masculino ou feminino), mas também na orientação sexual e identidade de gênero de cada indivíduo. Se a sociedade realmente aceitasse essas relações como "normais" como são, não haveria tanta violência contra pessoas LGBTQIA +, como os assassinatos de pessoas trans e travestis (Admin, 2024). Esse fato revela que, apesar de algumas relações homossexuais produzirem certos padrões de dominação, a sociedade ainda as vê como desviantes e como uma ameaça à ordem estabelecida.

O problema não está apenas na estrutura de poder dentro dos relacionamentos, mas também no preconceito social que considera a heteronormatividade como a única forma legítima de relação. Mesmo quando alguns casais homossexuais reproduzem papéis de gênero, isso não significa que suas relações sejam completamente aceitas ou que recebam os mesmos privilégios e poder das relações heterossexuais. A sociedade ainda marginaliza e exclui essas relações, mantendo a hierarquia de gênero e a desigualdade sexual.

Mesmo que algumas relações homossexuais possam reproduzir dinâmicas de poder semelhantes às heterossexuais, isso não significa que exista necessariamente "o homem da relação" ou "a mulher da relação". Em um casal gay, há dois homens; em um casal lésbico, há duas mulheres. A ideia de que sempre deve haver um dominante e um dominado é uma perspectiva heteronormativa, que tenta encaixar todas as relações na lógica tradicional de gênero, desconsiderando o fato de que o gênero é fluido. Como argumenta Butler (2018), o gênero não é fixo, mas uma construção social e fluxo.

A heteronormatividade impõe padrões rígidos de performance de gênero,

determinando comportamentos considerados apropriados para homens e mulheres. No entanto, essa mesma performance pode ser apropriada de forma subversiva, servindo para desafiar e questionar tais normas. Embora seja um processo difícil, é possível questionar e desconstruir essas normas. Isso nos leva à discussão sobre práticas inclusivas no feminismo, que buscam promover uma verdadeira justiça.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho teve como propósito refletir sobre o impacto da heteronormatividade no feminismo contemporâneo e seus desdobramentos na sociedade, cujo objetivo foi analisar a influência da heteronormatividade nas teorias e práticas do feminismo contemporâneo, identificando suas principais manifestações e consequências. Verificou-se como a marginalização e a exclusão de identidades não normativas aparecem tanto no movimento feminista quanto nas estruturas sociais, seja pela resistência de feministas radicais, de extremistas religiosos ou de pessoas que, por diferentes razões, não reconhecem ou respeitam a diversidade. Essa resistência não apenas perpetua violências, mas também nega direitos básicos de dignidade e respeito às pessoas que não se encaixam nos padrões heteronormativos.

Nesse sentido, evidenciou-se que a luta por igualdade deve contemplar todas as identidades de gênero, e não apenas um grupo específico de mulheres. Para que o feminismo seja verdadeiramente inclusivo, é necessário ampliar seu propósito e reconhecer que a opressão de gênero não atinge apenas mulheres cisgênero, mas todas as pessoas marginalizadas pela lógica heteronormativa e pelo patriarcado. Isso significa defender direitos das pessoas trans, como, acesso à saúde pública e reconhecimento legal do gênero, ser tratado com dignidade como qualquer outro cidadão, combater violências como a homofobia, transfobia e lesbofobia, racismo e muitos outros. Incluir debates sobre identidade de gênero, racismo e diversidade sexual dentro do próprio feminismo.

Constatou-se, ainda, que o impacto da heteronormatividade ultrapassa os limites do feminismo ou da teoria acadêmica: ele se materializa no cotidiano, em gestos e palavras que naturalizam apenas um modelo de existência. Dessa forma, confirma-se a hipótese inicial: a heteronormatividade atua como fator excludente no feminismo, marginalizando identidades que escapam ao padrão heteronormativo, como pessoas trans, não binárias e outras discordantes. Ao longo da pesquisa, evidenciou-se que essa lógica limita o alcance do feminismo, dificultando sua representatividade e o impacto social. E isso faz com que seja necessário

promover um feminismo interseccional, que reconheça e valorize a diversidade de experiências humanas, incorporando múltiplas formas de existir e resistir.

É muito significativo reviver e falar sobre esses temas, compreendendo que, mesmo dentro de movimentos de luta por igualdade e respeito, a exclusão também se manifesta, muitas vezes de forma sutil ou até inconsciente. Conhecer a história é essencial, pois mostra o quanto mulheres e tantas outras pessoas precisaram lutar, muitas vezes pagando com a própria vida, para que hoje milhares de pessoas tenha seus direitos reconhecidos. Esse percurso revela como, no contexto político e social, certas conquistas foram construídas a duras penas até serem aceitas pela sociedade. É preciso lembrar ainda que os efeitos da exclusão não são apenas conceitos abstratos: eles aparecem no cotidiano, na invisibilidade de pessoas LGBTQIA+ em livros didáticos, na falta de representatividade em espaços de poder, ou no silenciamento de vozes discordantes dentro de salas de aula, famílias, igrejas e até nos locais de trabalho.

A partir disso, destacou-se a importância de uma linguagem inclusiva, capaz de reconhecer a diferença como fundamento de uma sociedade mais justa, plural e culturalmente rica. Reconhecer e legitimar as diferenças significa dar visibilidade ao que historicamente foi apagado ou marginalizado, abrindo caminhos para novas formas de convivência. Minha pesquisa se situa exatamente nesse movimento entre passado, presente e futuro: visitar as origens da exclusão, compreender suas permanências atuais e pensar possibilidades de superação. A interseccionalidade mostrou-se indispensável. O feminismo precisa enfrentar esses desafios para não reproduzir exclusões internas.

A educação, nesse cenário, ocupa papel fundamental. É na escola que se pode desconstruir a lógica binária e naturalizada de gênero, oferecendo um ambiente de reflexão, empatia e respeito. Uma escola plural pode formar sujeitos críticos, conscientes e preparados para construir uma sociedade mais justa.

Como futuro professor de Filosofia, espero ter a oportunidade de criar espaços para promover debates sobre a heteronormatividade e seu impacto na construção das identidades de gênero, além de analisar o papel do feminismo contemporâneo na desconstrução dessas normas. Ações deverão ser desenvolvidas com o intuito de incentivar os alunos a refletirem sobre temas como diversidade, inclusão, e respeito às diferenças, reconhecendo a importância dessas questões para uma sociedade mais justa e igualitária.

A crítica às práticas excludentes nas instituições educacionais mostra o quanto é urgente repensar a formação docente, os currículos escolares e as metodologias pedagógicas. A escola, que deveria ser um espaço de aprendizado e acolhimento, muitas vezes se torna o lugar onde preconceitos são reforçados e onde quem foge do padrão, seja por ser gay, lésbica, trans,

negro ou simplesmente diferente, acaba sendo excluído ou silenciado. Como lembra Hooks (2018), a educação precisa ser um ato libertador, que forma sujeitos críticos e conscientes, e não apenas repita normas sociais que oprimem a heteronormatividade impõe nas escolas, deixando de fora tudo o que não se encaixa nesse modelo. Como proposta futura para mudanças no sistema educativo, e visando atender às demandas de uma sociedade plural e em constante transformação, defende-se a implementação de políticas públicas educacionais que assegurem o respeito à diversidade e garantam espaços seguros e acolhedores das as identidades de gênero.

Combater a heteronormatividade exige também pequenas ações no cotidiano: respeitar pronomes, valorizar a diversidade nos meios de comunicação e nos espaços sociais. No campo da Filosofia, essa reflexão é ainda mais relevante, pois possibilita desenvolver pensamento crítico sobre as estruturas de poder e os processos históricos que moldam gênero e sexualidade, destacando as questões sociais e culturais que são fundamentais.

Diante disso, torna-se fundamental que as escolas adotem práticas educativas mais inclusivas, como rodas de conversa, palestras e projetos interdisciplinares sobre diversidade e respeito. O desconhecimento hoje é, muitas vezes, fruto da negligência ou da resistência em aprender.

Acredito que, ao promover uma educação mais crítica e democrática, podemos, não só ampliar o entendimento sobre a heteronormatividade, mas construir um ambiente educacional que valorize a diversidade e fomente uma convivência mais plural e respeitosa. Dessa forma, a Filosofia se torna uma disciplina essencial na formação de cidadãos mais conscientes, preparados para lidar com as complexas questões sociais que permeiam nosso cotidiano.

Este trabalho, portanto, proporcionou não apenas crescimento acadêmico, mas também amadurecimento pessoal. Ao revisitar textos, artigos, notícias e livros, foi possível ampliar o olhar sobre a heteronormatividade, o feminismo, experiências, vivências e suas contradições, reconhecendo que não há respostas prontas ou finais. Refletir sobre gênero e sexualidade é um exercício contínuo, que exige escuta, estudo e abertura para novas perspectivas.

Enfim, este estudo não encerra a discussão, mas abre caminho para novas pesquisas e aprofundamentos. A luta contra a heteronormatividade não diz respeito apenas à comunidade LGBTQIA +, mas à sociedade como um todo, que precisa aprender a conviver com a diversidade. Ao concluir, expresse o desejo de que este trabalho inspire investigações futuras e contribua para a construção de um feminismo mais inclusivo, de uma educação mais libertadora e de uma sociedade mais justa, plural e respeitosa.

## REFERÊNCIAS

- ADMIN. Dossiê denuncia 230 mortes e violências de pessoas LGBT em 2023. In: **Observatório da Mortalidade e Violências LGBT+ no Brasil**, 13 fevereiro de 2025. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtbrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2023/>. Acesso em: 10 JUN. 2025.
- ARANHA DOS SANTOS, Thiago Aparecido; SILVA HONORATO, Andreia Agda. Intersecção gênero, classe e raça: reflexões sobre racismo e a população transexual na perspectiva do Serviço Social brasileiro. **Gestão e Desenvolvimento em Revista**, [S.l.], v. 9, n. 2, 2024. DOI: 10.48075/gd em revista. v9i2.32267. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gestaoedesenvolvimento/article/view/32267>. Acesso em: 11 maio 2025.
- AGÊNCIA BRASIL. Religiosos e pesquisadores defendem fé que acolha população LGBTQIA+. **UOL Notícias**, 4 fev. 2015. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-brasil/2025/02/04/religiosos-e-pesquisadores-defendem-fe-que-acolha-populacao-lgbtqia.htm>. Acesso em: 4 maio 2025.
- BRAUN, Julia. O que levou mais de 40% das eleitoras nos EUA a votarem em Donald Trump. **BBC News Brasil**, Londres, 08 nov. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c629gyj194zo>. Acesso em: 4 maio 2025.
- BROSIN, Danuska; TOKARSKI, Maine Laís. Do gênero à norma: contribuições de Judith Butler para a filosofia política feminista. In: **Revista Gênero**, v. 18, n. 1, Niterói, 2017, p. 98-118. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31278/18367>. Acesso em 12 maio 2025.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- FRANCO, Mariana. Por um feminismo interseccional no 8M: uma convocatória à inclusão e à diversidade. **Catarinas**, [s. d.]. Disponível em: <https://catarinas.info/colunas/por-um-feminismo-interseccional-no-8m-uma-convocatoria-a-inclusao-e-a-diversidade/>. Acesso em: 4 maio 2025.
- FREITAS, Lorena Rodrigues Tavares de. Tudo “camuflado” ou tudo “subentendido”: heteronormatividade, afetos e silenciamentos no relacionamento de um casal lésbico do sul da Bahia. **Revista Ártemis**, [S. l.], v. 34, n. 1, 2022, p. 257-275. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/65176>. Acesso em: 25 nov. 2024.
- GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Editora Claridade, 2015.
- GOUGES, Olympe de. **Declaração dos direitos da mulher e da cidadania e outros textos**. Tradução de Cristian Brayner. Coleção Vozes Femininas. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2021. *E-book*.
- GRAÇA, Rodrigo. Performatividade política e Judith Butler: corpo, linguagem e reivindicações de direito. In: **Perspectiva Filosófica**, v. 47, n. 2, 2016, p. 21-32. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/perspectivafilosofica/article/view/230291/24499>. Acesso em 22 março. 2025.

GUARDA, Adriana. Mulheres trans negras no Brasil sofrem sobreposição de preconceitos, que potencializam a exclusão. **JC Online**, 20 nov. 2024. Disponível em: <http://jc.uol.com.br/peernambuco/2024/11/20/mulheres-trans-negras-no-brasil-sofrem-sobreposicao-de-preconceitos-que-potencializam-a-exclusao.html>. Acesso em: 4 maio 2025.

HENNEMANN, Natasha; LESSA, Fabiana. **Filósofas**: o legado das mulheres na história do pensamento mundial. São Paulo: Editora Maquinária, 2022.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

LE JARS DE GOURNAY, Marie. **Igualdade entre homens e mulheres**. Tradução de Mônica Medrado. 1. ed. Eletrônica, 2022. *E-book*.

MAYORGA, Claudia; COURA, Alba; MIRALLES, Nerea; CUNHA, Viviane Martins. As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: colonialismo, racismo e política heterossexual. In: **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 2, maio-agosto de 2013, p. 463-484. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000200003/25775>. Acesso em: 4 maio 2025.

NSC TOTAL. Quem é Erika Hilton, deputada federal de São Paulo e ícone LGBTQIA+ no Brasil. **NSC Total**, 3 out. 2023. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/quem-e-erika-hilton-deputada-federal-de-sao-paulo-e-icone-lgbtqia-no-brasil>. Acesso em: 4 maio 2025.

ONU. Organização das Nações Unidas. Defende a interseção entre liberdade religiosa e respeito às pessoas LGBTQIA +. **ONU News**, 2023. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2023/06/1816547>. Acesso em: 4 maio 2025.

PEREIRA, Allan Kardec. Judith Butler, feminismo trans excludente, J.K. Rowling e a cultura do cancelamento. **Médiu**m, 2021. Disponível em: <https://medium.com/@allankardecpereira/judith-butler-feminismo-trans-excludente-j-k-rowling-e-a-cultura-do-cancelamento-1576d7572fe1>. Acesso em: 12 maio 2025.

SEISDEDOS, Iker. Judith Butler, filósofa: “Se você sacrifica uma minoria como as pessoas trans, opera dentro de uma lógica fascista”. **El País**, 7 dez. 2024. Disponível em: <https://elpais.com/ideas/2024-12-07/judith-butler-filosofa-si-sacrificas-a-una-minoria-como-las-personas-trans-operas-dentro-de-una-logica-fascista.html>. Acesso em: 12 maio 2025.

SILVA, Wesley Ferreira da. Reprodução ou subversão da heterossexualidade: uma articulação teórica entre Pierre Bourdieu e Judith Butler. In: **Revista Café com Sociologia**, v. 2, n. 3, 2013, p. 37-49. Disponível em: <https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/86/pdf>. Acesso em: 4 maio 2025

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação do direito das mulheres** [recurso eletrônico]. Tradução de Ivania Pocinho Motta. 1. ed. São Paulo: Boitempo; Iskra, 2016. Disponível em: [https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/869765/mod\\_resource/content/0/Mary%20Wollstonecraft](https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/869765/mod_resource/content/0/Mary%20Wollstonecraft)

necraft%20-%20Reivindica%C3%A7%C3%A3o%20dos%20direitos%20da%20mulher-Boite  
mpo%20%282017%29.pdf. Acesso em: 8 jun. 2025.

ZURCHER, Anthony. Quais são as 34 acusações criminais contra Trump e o que elas revelam?  
**BBC News**, 4 abr. 2023. Disponível em:  
<https://www.bbc.com/news/world-us-canada-65181178>. Acesso em: 4 mai. 2025.